



## **18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**

**26 A 29 DE JULHO DE 2017  
BRASÍLIA-DF**

### **GT 26 – Conflitos Socioambientais**

**Comunidades tradicionais e gestão da natureza:  
uso de recursos comuns e conflitos socioambientais no  
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**

**Benedito Souza Filho – DESOC/PPGCSoc - UFMA**

## Comunidades tradicionais e gestão da natureza: uso de recursos comuns e conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Aos olhos de um turista ou de qualquer pessoa que não viva nesse extenso ambiente que é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, um conjunto expressivo de dunas e lagoas com águas cristalinas parece compor a paisagem de sua exuberância cênica. Em uma visão panorâmica e contemplativa, esses dois elementos figuram sempre como os mais importantes na caracterização desse cenário edênico.

Contrariamente ao que é propagandeado nas campanhas publicitárias, o Parque não é um vazio demográfico. Possui comunidades tradicionais que vivem e trabalham em diferentes localidades espalhadas por toda a sua extensão, reproduzindo um modo de vida a partir da interação com os distintos ambientes que compõem essa unidade de conservação.

Realizam atividades de pesca e de criação de animais, utilizando recursos encontrados nesse vasto espaço que é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Nessa paisagem anunciada, é propositalmente excluída essa presença humana que, em alguns casos remonta ao século XIX. Portanto, a existência dessas famílias em muitas localidades, tem relação com histórias de longa duração.

Apesar dos encantos que dunas e lagoas podem proporcionar, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses não se resume à sua beleza natural. Pode ser melhor caracterizado se levarmos em conta o modo de vida de famílias que historicamente vivem e trabalham em distintas localidades dentro do seu perímetro.

Nessa caracterização, o próprio entendimento de paisagem mudaria radicalmente: de uma perspectiva contemplativa a outra determinada pela interação. Na forma interativa, homem e natureza articulam-se, estabelecendo um vínculo entre ambos, já que “paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria, inclusive matérias vivas” (BALLÉ, 2008, p. 11). Assim, esse outro entendimento de paisagem traria para o campo de visibilidade grupos sociais que são invisibilizados pelo discurso de contemplação da natureza.

As paisagens culturais expressariam os vínculos entre pessoas e lugares. A natureza, nesse caso, não seria exclusivamente natural, seria produzida pela cultura

e resultante de formas de interação que dão outro sentido aos lugares, como lugares antropológicos (AUGÉ, 1994), ou seja, lugares com personalidade e identidade.

Essas paisagens culturais expressariam um modo de vida, já que a relação com a natureza, nesse caso, estaria em consonância com as atividades das famílias. Seriam determinadas a partir de categorias locais. Assim, *morro*, *morraria*, *vargens*, *campos*, *lavados*, *carutos*, *capões*, só para citar algumas, ampliariam o conjunto de categorias associadas a esse ambiente do Parque que, na visão contemplativa, é reduzido a apenas dunas e lagoas.

Na linguagem nativa, *morros* são essas elevações de areia que compõem, em seu conjunto, a chamada *morraria* que, devido à sua amplitude, confere ao Parque Nacional a sua imagem de exuberância. Tais *morros* têm também personalidade, já que apresentam, nos termos das famílias, *costelas* e *pés*. Essa toponímia nativa expressaria muito mais que uma espécie de metáfora do corpo. Designaria formas de classificação da natureza articuladas com o funcionamento da vida social. Caminha-se pelos *pés* (partes mais baixas e planas) dos *morros* e não pelas *costelas* (partes mais altas e íngremes). As *costelas* dos *morros*, sobretudo as mais elevadas, servem também como sinalizadores naturais, como pontos de localização. O compartilhamento dessa espécie de gramática socioambiental facilita a circulação de pessoas e animais bem como auxilia na localização de lagoas específicas e *vargens*, vegetação rasteira que se forma nas proximidades das lagoas e que são usadas como pasto por bovinos, caprinos e ovinos.

A histórica ocupação dessas localidades, antes mesmo da criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em 1981, possibilitou a constituição de formas específicas de relação com o meio ambiente, permitindo o desenvolvimento de atividades como a pesca e a criação de animais, sobretudo de bovinos, caprinos. Apesar desse ambiente parecer inóspito, e sugerir dificuldades à organização social e econômica das famílias, a interação entre humanos e meio ambiente (MORAN e BRONDIZIO, 2013) permitiu que internamente ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses se desenvolvessem sofisticadas práticas que permitiram não só a permanência das famílias, mas também a consolidação de uma organização econômica que combina atividades como a pesca, a agricultura, o extrativismo e a criação de animais.

A compreensão da vida social das famílias de localidades do Parque inserem-se em histórias de longa duração. Nesse caso a ecologia histórica (LITTLE, 2006)

nos ajuda a entender o processo de territorialização realizado pelas famílias articulado com as formas de uso e manejo de recursos encontrados em distintos lugares. Essas histórias de longa duração permitem entender também o surgimento e consolidação de formas de conhecimento, modalidades de dispersão dos indivíduos e a constituição de novas unidades territoriais. Revelam, ainda, formas de relação entre humanos, animais e o meio biofísico.

Essas histórias de longa duração acabam sendo utilizadas pelas famílias como elemento legitimador da constituição dos seus territórios. Conforme salienta Paul Little (2002, p.11)

A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.

Essa expressão pode ser pensada a partir das interrelações que se estabelecem entre grupos humanos e os ambientes biofísicos. Homem e natureza devem ser compreendidos, então, em relação, e não separados, como se fossem duas dimensões independentes e que não se comunicam .

É justamente essa relação entre humanos e não humanos<sup>1</sup> , que nos interessa aqui. Destacaremos a importância que a criação de animais, notadamente bovinos e caprinos, tem para a economia das famílias. Além de representarem uma reserva de valor, funcionam também como fonte alimento e como auxiliares em outras atividades, como a de manutenção dos cajuais. Procuraremos também enfatizar as tensões verificadas decorrentes da interferência dos agentes do ICMBio, que caracterizam as práticas das famílias como ameaçadoras ao ambiente do Parque.

Nas localidades com presença de cajuais, é ressaltada pelos integrantes das unidades familiares a importância dos animais na realização de limpeza da área. Nesse caso bois, cabras e bodes alimentam-se da vegetação que cresce ao redor dos cajueiros, entre elas o chamado capim gengibre.

Bodes e cabras apreciam as folhas enquanto os bois comem as raízes. Para obter as raízes, os bois acabam revirando a terra, o que contribui para o bom desenvolvimento dos cajueiros. Assim, ao extirpar essa vegetação, o trabalho de limpeza feito pelos animais, reduz consideravelmente os esforços físicos dos

---

<sup>1</sup>“Os não-humanos englobam seres sobrenaturais, maquínicos, substâncias psicoativas, meta-agentes (como oceanos, o regime dos ventos, mas também os rios e outros processos geobiofísicos), seres microscópicos e os demais animais não pertencentes à espécie humana” (CREADO, SÁ e PAVESI, 2015, p.1)

membros das unidades familiares na realização dessa tarefa imprescindível à boa produção do caju. Segundo os interlocutores, os cajuais só serão produtivos se as áreas onde se localizam estiverem limpas. Daí a importância desse trabalho de limpeza que envolve humanos e não humanos.

Essa relação entre humanos e animais e sua articulação com as atividades econômicas das famílias, serve para recuperar uma questão que marcou fortemente, em termos epistemológicos a antropologia em particular e as ciências sociais em geral: a discussão entre natureza e cultura (LÉVI-STRAUSS, 1982; DESCOLA, 2011). Longe de representar uma separação rígida entre cultura (homem) e natureza (animais), essa relação entre homens e animais no Parque Nacional dos Lençóis significa um bom exemplo para combater a perspectiva ilósona de separação entre ambas.

Esse aspecto é importante porque não podemos separar rigidamente natureza e cultura como se fossem dimensões incomunicáveis, isso porque entre ambas existem formas dinâmicas e interdependentes de relação, o que nos permite “eliminar de vez a distinção entre natureza e cultura” (LITTLE, 2006, p. 88). Essa preocupação em separar natureza e cultura é também criticada por Descola ao argumentar que existem equivocadamente “distinções ontológicas absolutas entre os humanos, de um lado, e um grande número de espécies animais e vegetais, de outro” (DESCOLA, 1977, p. 249).

As preferências e o comportamento dos animais e a utilização deles como elemento importante da economia das famílias, acaba sendo apropriada na realização dessas tarefas como parte de um sistema que envolve a agência de humanos e de animais. Tal sistema é sustentado por uma epistemologia nativa que justifica a interação entre humanos e não-humanos como componente importante de sua racionalidade econômica, na qual a participação dos animais é parte constitutiva e fundamental, o que se reflete no êxito econômico e na conservação dos cajuais, por exemplo.

Tanto é assim que em muitos casos, a continuidade de manutenção dos cajuais acabou sendo interrompida por conta da proibição por parte do ICMBio da criação dos animais soltos. Essa interferência do órgão ambiental, tem comprometido o funcionamento do sistema que envolve a relação entre humanos e animais no bom andamento dessa atividade. Os cajuais acabaram ficando tomados pelo *mato*, como denominam a vegetação que brota debaixo dos cajueiros, e muitos,

por não terem condições de mobilizar força de trabalho familiar ou contratada mediante pagamento, tomaram a difícil decisão de abandonar essa atividade.

### **Ciclos da natureza e formas de conhecimento**

A histórica relação com o ambiente onde estão localizados os seus espaços de residência e trabalho, permitiu às famílias o desenvolvimento e consolidação de conhecimentos e habilidades, mobilizados na criação de animais. Tais capacidades estão associadas, por exemplo, à articulação entre os ciclos da natureza e a organização da vida social e econômica; à consolidação de conhecimentos que permitiram desenvolver capacidades de orientação nesse amplo ambiente, e também de conhecimento do comportamento dos animais.

A complexidade desses sistemas de conhecimentos nativos é um aspecto que merece destaque porque são mobilizados em um ambiente sujeito a constantes mudanças em razão da agência da natureza e da sazonalidade. Levam em consideração o comportamento da natureza nos períodos de inverno e verão. Ação dos ventos, precipitação das chuvas, posicionamentos do sol e observação das estrelas são incorporados para organizar essas formas de saber, permitindo que as mobilize para utilizar os recursos encontrados em ambientes distantes de seus lugares de residência.

Em termos de experiência de localização, o que seria um mundo desconhecido para um observador externo, para as famílias que vivem e trabalham no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, é particularmente familiar pois conseguem operar com duas dimensões: o *volume geográfico* e o *volume mental*<sup>2</sup> (MAUSS, 2003 p. 468), ou seja, toda a extensão do Parque utilizada no desenvolvimento de suas atividades, notadamente a de criação de animais e pesca, é abarcada por suas mentes em decorrência do mapeamento que fazem dos elementos naturais que compõem a paisagem. Tal mapeamento é realizado a partir de processos de nomemação para identificar *vargens, lagoas, morros, lavados, córregos, praias*, assegurando tanto a percepção de grandes extensões, quanto referências de localização que podem prescindir dos sofisticados sistema tecnológicos de mapeamento e orientação. Em um ambiente sujeito a constantes alterações, a

---

<sup>2</sup> Marcel Mauss toma de empréstimo a Ratzel essas duas noções. “Sabemos o que Ratzel chamou de volume geográfico e volume mental das sociedades. O volume geográfico é a extensão espacial realmente ocupada pela sociedade em questão; o volume mental é a área geográfica que ela consegue abarcar com o pensamento” (MAUSS, 2003, p.468).

criação de animais envolve, portanto, um sofisticado sistema de orientação que é compartilhado por pessoas de diferentes localidades no interior do Parque.

Em toda a extensão do Parque, aqueles que se dedicam à atividade de criação de animais ou de pesca, por terem que utilizar os ambientes encontrados sejam nas *morrarias* ou na faixa litorânea operam como esses elementos próprios de uma cartografia nativa, constituída pelo convívio constante com os espaços naturais onde realizam essas atividades.

Nesse sentido, a sazonalidade é um aspecto importante para entendermos o funcionamento da atividade de criação de animais. As feições do ambiente do Parque mudam nos períodos de verão (junho a dezembro) e inverno (janeiro a maio). Acompanhando essas transformações próprias dos períodos de chuva e estiagem, a vida social adapta-se a tais condições, e as atividades passam a ser realizadas conforme as mudanças observadas nos ambientes pelos quais os animais transitam. Isso porque “o movimento que anima a sociedade é sincrônico aos da vida ambiental” (MAUSS, 2003, p. 473).

O período de verão, além de interferir gradativamente na redução da oferta de água para os animais, que têm que percorrer distâncias cada vez maiores para encontrá-la, coincide com o momento de forte ação dos ventos. Em função disso, observa-se grande movimentação de areia que termina por alcançar algumas áreas de pasto. Os animais acabam adaptando-se a tais mudanças, tendo que buscar outros locais de alimentação.

Os donos dos animais ou vaqueiros, sabedores dessas alterações, e tendo as áreas de pasto mapeadas, acabam especulando sobre as possíveis rotas realizadas pelos animais. Pude perceber isso durante um jantar na casa de seu Inácio, em Mocambo, durante o trabalho de campo.

Seu Inácio conversava com seu neto Joaquim, de 11 anos, sobre o provável local onde estaria uma vaca que desaparecera a dois dias e que ainda não tinha retornado. Avô e neto especulavam, como se tivessem diante de uma mapa, acerca dos prováveis lugares onde estaria a vaca. Chamava a atenção a forma como Joaquim dialogava com o avô, demonstrando profundo conhecimento do ambiente. A sensação ao ver os dois conversando era que não estava diante de gerações tão díspares, em termos de idade, mas de homens que partilhavam um conhecimento comum acerca do meio biofísico. Isso revela que a socialização dessas novas

gerações se dá por meio de um contato íntimo e cotidiano com os ambientes de que fazem uso.

Falavam de prováveis *vargens* que o animal estaria pastando e dos possíveis lugares onde encontraria água. Descartando possibilidades, listaram alguns onde poderiam encontrá-la. No dia seguinte, ao indagar a sobre o resultado da busca, Joaquim respondeu que ele encontrara o animal em um dos locais que ele o avô tinham mencionado na noite anterior.

Esse episódio acaba confirmando que a criação de animais em um ambiente em constante transformação requer a mobilização de conhecimentos que possibilitem a interpretação da agência dos não humanos. Ação dos ventos, ação do sol e comportamento dos animais, combinado com o mapeamento das *vargens* e dos recursos hídricos disponíveis, são levados simultaneamente em consideração nas tomadas de decisão, nesse caso, na recuperação de um animal desaparecido. Isso revela que a percepção do ambiente e suas constantes alterações possibilita a constituição de habilidades que são mobilizadas em respostas aos desafios cotidianos (INGOLD, 2000).

O período de verão, portanto, acaba orientado a forma como cuidam dos animais. O monitoramento deles não requer maiores cuidados porque sabem que os próprios animais se encarregam de buscar as áreas de pasto ainda disponíveis, assim como os locais onde podem encontrar água. Nesse período, os bovinos retornam por conta própria aos povoados. Muitos deles têm a alimentação complementada por seus proprietários. É por essa razão que algumas famílias plantam capim nos chamados *capões* existentes nas proximidades das casas.

Durante o inverno, em decorrência da precipitação das chuvas, verifica-se uma grande concentração de água nas lagoas. Em função disso observa-se progressivamente a substituição de uma paisagem arida por outra com presença de grande volume d'água. Essa alteração tem implicações para a criação de bovinos, já que exigirá maiores cuidados com esses animais em função da mudança da paisagem. Além da redução das áreas de pasto para esses animais de maior porte, existe também o risco de ficarem atolados em áreas mais movediças nas proximidades das lagoas. Existem relatos de mortes de bois por atolamento nessas áreas.

Em função dessas alterações, em distintas localidades do Parque as famílias que possuem gado bovino realizam operações de transferência desses animais para



regiões distantes das *morrarias* que possuem oferta de pastos. Enviam esses animais para localidades situadas na chamada *região do barro* ou para áreas de chapada, onde têm parentes ou vaqueiros que ficam responsáveis pelo cuidado com o gado durante o inverno. Assim, a organização da vida social e econômica das famílias acaba sendo adaptada a essas transformações processadas pela agência da natureza.

Apesar dessas alterações no ambiente durante o inverno, a criação de caprinos e ovinos se processa de forma diferente. Não têm que removê-los como fazem com os bovinos. Durante todo ano permanecem nas *morrarias*. Pastam nas áreas de *vargens* que permanecem próximas às lagoas. Diferentemente dos animais de maior porte, caprinos e ovinos não correm o mesmo risco de ficarem atolados. O comportamento desses animais contribui para que isso não ocorra. Ao procurarem as áreas de pasto, evitam aquelas mais alagadas, eliminando a possibilidade de morte por atolamento ou afogamento.

A presença constante desses animais nas *morrarias*, exige dos proprietários o monitoramento desses animais, que passam todo o ano pastando nas *vargens*. Para tanto contratam os serviços dos *vaqueiros* que se ocupam de monitorar os animais de tempos em tempos. Ao longo do ano circulam pelas *vargens* em distintos pontos das *morrarias* mensalmente ou de dois ou dois meses. Essas visitas servem para verificar as condições dos animais e também para identificar as novas crias que nascem ao longo do ano.

### **As *vargens* como recursos de uso comum**

A realização da atividade de criação de animais, como algo difundido entre todas as localidades é possível porque existe o entendimento de que as *vargens* existentes em toda extensão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, assim com outros ambientes utilizados pelos animais são recursos abertos a todos, são pensados como de uso comum por todas as famílias que se dedicam a essa atividade em particular.

Sobre as *vargens* e outros ambientes utilizados para a criação dos animais vigora o direito de acesso livre por considerarem que a sua disponibilidade em diferentes lugares não compromete a realização dessa importante atividade por parte de qualquer família. Assim, não identificamos qualquer conflito em relação a

isso, já que a oferta de pasto aos animais não enseja a disputa por parte das famílias.

Tanto é assim que animais de proprietários de Mocambo pastam em locais extremamente distantes, alcançando áreas nas imediações de Ponta do Mangue ou Canto do Atins, que ficam próximas ao litoral.

Esse modelo de apropriação dos recursos pode ser enquadrado no que McKean e Ostrom denominaram de regimes de propriedade comum “onde um grupo particular de indivíduos divide os direitos de acesso aos recursos, assim caracterizando uma forma de propriedade – ao invés de sua ausência” (2001, p.81). De acordo com as autoras tais regimes “referem-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais os grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos” (2001, p.80).

Cabe destacar que esse princípio de propriedade ressaltado pelas autoras não implica em um sentido de controle permanente sobre determinadas porções do território. Refere-se fundamentalmente ao direito de uso, por ser entendido que se trata de recursos abertos e disponíveis a todos, não havendo, em razão disso, necessidade de regulamentos para permitir ou controlar o acesso àqueles que necessitam utilizá-los.

Assim, ambientes e recursos situados nas proximidades de determinadas localidades podem ser usados por famílias de outras. Portanto, animais de criadores de Queimada dos Britos, Buriti Grosso, Baixa Grande, Mocambo, Sucuruju, entre outros, podem pastar em *vargens* próximas a Ponta do Mangue e Canto do Atins. O inverso também é possível.

Aqui caberia chamar a atenção somente para a importância do reconhecimento coletivo das fronteiras que delimitam esses espaços considerados como de uso comum, daqueles reivindicados pelas famílias como próprios dos povoados, por se encontrarem dentro dos seus limites. Nesse caso se verifica a distinção entre recursos de uso comum e aqueles de apropriação privada familiar.

Nesse caso, atenção deve ser dada às regras que orientam o comportamento dos indivíduos não só em relação ao direito de acesso aos recursos considerados como comuns, como também àqueles reivindicados por outros como de apropriação restrita a determinados grupos. Assim, as regras definiriam entendimentos compartilhados, acerca de ações que são exigidas, proibidas ou permitidas. Implicariam também em esforços para alcançar a ordem e a previsibilidade entre os

indivíduos por meio da tomada de decisão sobre situações nas quais as ações ou comportamentos são exigidos, permitidos ou proibidos (OSTROM, 2011, p.18). Assim, apesar de existirem essas áreas de pasto por toda extensão do Parque, o acesso a elas se dá por meio do compartilhamento dessas regras de uso dos recursos.

Não só as *vargens* são utilizadas como áreas de uso comum. As margens de algumas praias também são usadas por animais de criadores de distintas localidades. Nos períodos de marés baixas em praias como Guajiru e Capivara, é possível encontrar caprinos buscando alimentos. Nesse caso, o comportamento e a familiaridade dos animais com esse ambiente em constante movimento, permite que extrapolarem as áreas de pasto tradicionalmente usadas, acessando as praias durante as variações das marés para alimentarem-se de folhas e frutos que se acumulam na beira das praias.

### **Sistema de diferenciação dos animais como regime de propriedade**

A criação de animais em toda a extensão do Parque é possível não somente por conta da existência de recursos de uso comum ou a obediência às regras que orientam a apropriação deles. É possível porque existe um sistema de diferenciação dos animais, sobretudo caprinos e ovinos, que permite a utilização de uma mesma área por distintos animais de propriedade de criadores de localidades igualmente diferenciadas.

Enquanto a identificação da propriedade de bovinos e equinos se dá por meio de marcação a ferro realizada no dorso traseiro dos animais, a de caprinos e ovinos se verifica por meio de diferentes marcas realizadas nas duas orelhas desses animais. Esse conjunto de sinais, que recebem um número limitado de nomes, permite que combinações sejam feitas de modo a estabelecer a diferenciação entre todos os animais, identificando por meio delas os seus respectivos proprietários.

Tais marcas, feitas nas orelhas dos caprinos e ovinos, funcionam como uma espécie de impressão digital de cada proprietário e isso permite que esses animais se misturem e sejam identificados e reunidos de tempos em tempos. Essas marcas nas orelhas são denominadas de *diferença* (orelha esquerda) e *assinatura ou sinal* (orelha direita). A *diferença* identifica a família à qual o animal pertence, e a *assinatura* é a definição do proprietário, que poderá ser o *vaqueiro* (o que cuida do rebanho), o próprio *dono* ou outra pessoa mediante venda ou transferência. Cada

pessoa de determinada família que possui animais, terá a sua *assinatura* (combinação de marcas).

O funcionamento desse sistema de marcação nas orelhas é explicado por seu Inácio, do povoado Mocambo.

**P** - O senhor falou que essas idas dos vaqueiros pra *campear* de vez em quando, durante os meses, é pra ver se nasceu um filhote dos animais para fazer a *diferença*. O que é a *diferença*?

**E** - A *diferença* é do lado esquerdo.

**P** - É fazer uma marca na orelha?

**E** - Na orelha. Fazer uma marca na orelha do dono do objeto. Seja forquilha, seja morsa redonda, morsa quadrada, seja canzilo, seja bico de candeeiro, seja baêta, seja palmatora, seja boca de lagarta, seja coice de porta, seja eme ["M"], seja garfo, seja escada. Tudo isso é *diferença*.

**P** - É feita na orelha esquerda?

**E** - É feita na orelha esquerda.

**P** - A *diferença* é uma marca de determinada família?

**E** - É de determinada família. Então os vaqueiros que lutam com essas criações eles conhecem o sinal de cada curral desses.

**P** - De cada dono?

**E** - De cada dono, de cada curral, né, eles conhece. Quando tem um de Sucuruju, criação de Sucuruju que é de eme ["M"] eles dizem: "esse aqui é de Sucuruju, aqui tem "M". Baixa Grande também tem "M". Buriti Grosso é canzilo, os que tiver canzilo já sabe que é Buriti Grosso, mas junto com "M" também tem canzilo, tem buraco de bala também. Buraco de bala ele é geral, porque ele é uma divisa, seja de "M, seja de garfo, seja de quem seja se é vendido para outro, ou é do filho ou é do neto, aí bota um burquinho de bala que é para saber as divisas de cada. Esse buraco de bala ele é geral, em todos os curral tem buraco de bala.

A marcação da *diferença* é uma sinalização importante porque indica a família a quem determinado animal pertence. A confirmação da propriedade se dá por meio da segunda marcação denominada *sinal* ou *assinatura*, feita na orelha direita, conforme explica seu Inácio.

**P** - Botar o *sinal* é fazer uma outra marca na orelha direita?

**E** - Na orelha direita, fazer uma outra marca na orelha direita. Aí dá-se essa história de deu um laço. - Sim patrão, deu um laço! - Deu um laço de fêmea, era só fêmea. Aí o patrão diz: - ainda tem? Disse: - tem. - Da outro laço de macho? - dá. Pega três carneiro e chega aqui o patrão tira dois e o vaqueiro tira uma. Aí o patrão assina o lado direito com o sinal dele, já tá dele, o vaqueiro assina o lado direito, aí é do vaqueiro.

Além da marcação do chamado *sinal* ou *assinatura*, como definidor da propriedade do animal, o relato de seu Inácio faz alusão ao denominado *laço*, que é um sistema de partilha dos animais entre o dono e o vaqueiro, e que ocorre no final de cada ano. Esse sistema, também chamado de *sorte*, é orientado por uma divisão

que denominam de 3 X 1 ( três por um), ou seja, a cada três crias uma fica para o vaqueiro. Essa divisão é feita repetidamente até ser esgotada a possibilidade de reunir um conjunto de três animais. Caso sobrem crias a ser partilhadas, e não seja alcançado o conjunto de três animais para uma nova divisão, a complementação é realizada na divisão do ano seguinte.

Durante o trabalho de campo pudemos ter acesso aos sinais utilizados para realizar as marcações nas orelhas dos animais. Convém destacar que essas marcas são utilizadas por todos os criadores do Parque, e recebem nomes específicos: 1) Bico de Candieiro, 2) Boca de Lagarto, 3) Buraco de Bala, 4) Canzilo, 5) Coice de Porta, 6) Escada, 7) Forquilha, 8) Garfo, 9) Gancho, 10) “M”, 11) Mossa quadrada; 12) Mossa redonda, 13) Orelha Rachada, 14) Palmatória, 16) Paeta, 16) Ponta Aparada. O que contribui para a diferenciação dos animais nesse complexo sistema em toda a extensão do Parque, são as combinações possíveis entre as marcas desse conjunto de sinais.

Essas marcas feitas nas orelhas dos animais podem ser interpretadas como a configuração de um sistema jurídico nativo que regula a propriedade dos animais, possibilitando o controle coletivo para evitar possíveis furtos. Como se trata de uma importante atividade para a economia das famílias, ter o controle sobre a propriedade dos animais é um fator fundamental.

Esse aspecto é central, pois exige um comportamento moral em relação a esse reconhecimento. É o acatamento desse princípio que faz com que os proprietários dos animais, ainda que remetendo a responsabilidade do cuidado dos animais aos vaqueiros, deixem os seus rebanhos nas *morrarias* durante todo o ano. Eles só retornam aos locais de residência de seus proprietários no final do ano, quando é realizada a partilha das crias entre donos dos animais e vaqueiros.

Esse compromisso moral em estabelecer as marcas nos filhotes, é salientado por seu Inácio, como parte das obrigações dos vaqueiros.

**P** - Aí vê lá a marca que a mãe tem e já faz a *diferença* no filhote?

**E** - É, e os vaqueiros aqui tudo faz isso: - Rapaz, essa aqui tá orelhuda, essa aqui é lá do Mocambo, mas nós não vamo deixar orelhuda.

**P** - Tentam descobrir...

**E** - Vamo bota aqui junto com a mãe dela aqui de lá do Mocambo, então pega, diferença com a diferença da ovelha. Esse aqui é o dever de todos os vaqueiros. Buriti Grosso, é Sucurujú, é Baixa Grande, é Mocambo. Se chegar criação aqui da Baixa Grande, uma ovelha ou duas com os filhote já grande orelhudo, rapaz pode

diferençar, procura a mãe desse aqui e diferença. Se é de Buriti Grosso também a mesma coisa, se é do Sucuruju a mesma coisa. Quando os companheiro vêm apanhar aqui no final do ano eles agradece muito por isso né, cada vaqueiro agradece o outro porque eles diz olha siô esse aqui tava orelhudo tal tempo e eu diferencei, tá aqui, junto com a ovelha ou então ele agarra e diz aqui, esse aqui, que era filha da ovelha de fulano de tal e eu diferencei.

O relato de seu Inácio deixa entrever que é um compromisso de todo vaqueiro não deixar uma cria *orelhuda*, isto é, sem ser realizada a marcação da *diferença*. Como ele ressalta, é um **dever** de todo vaqueiro. Mas essa preocupação não se resume a um compromisso exclusivamente ético ou moral. Essa solidariedade é importante porque o que está em jogo é o próprio patrimônio do vaqueiro, caso ele deixe sem ser identificada a cria de um animal. Caso não consigam identificar isso terá conseqüências para ele na hora da partilha com o dono do rebanho.

É por essa razão que os vaqueiros têm que realizar o monitoramento dos animais de tempos em tempos, podendo ser mensal ou bimensal. Para facilitar a identificação a qual proprietário determinada cria pertence, levam em consideração o comportamento dos animais, conforme mostra o relato de seu Inácio a seguir.

**P** - Seu Inácio, o senhor disse que tem o período que faz a *diferença* e tem o período que faz o *signal* né, e tem aquela situação que não se consegue fazer nem a *diferença* e nem o *signal* porque o bicho já se desgarrou da mãe. O que acontece com esse bicho?

**E** - Ele se desgarrou da mãe, aí não tem como saber, os vaqueiro mata aquele objeto pra fazer o rancho, porque não é nem de um e nem de outro, não sabemos de quem é não pudemo diferenciar porque nós num sabe de quem é, então mata e faz o rancho, faz o campo com aquele.

**P** - E quando faz o campo que eles conseguem identificar aquele bodinho, aquela ovelhinha que nasceu por que ela tá sempre grudada na mãe, aí é possível quando tá mamando né? Depois que ele desmama não tem como?

**E** - Não tem, porque as vez ele deixa de mamar porque ele apartou, mas ele fica junto de companhia com a mãe dele todo tempo. Aí esse a gente diferença pra aquela ovelha que ele acompanhou ou então aquela cabra, diz esse aqui é filho dela aqui

**P** - Por que tá pertinho dela o tempo todo?

**E** - Porque tá pertinho e num larga, aí a gente diferença com a diferença da cabra ou então com a diferença da ovelha, que a gente sabe as vez ele deixa de mamar. As vez nós encontra é cabra as vez buchuda, orelhuda e a cabra mãe dessa buchuda ta parrelha com outro cabrito, mas ela nunca largou.

Como mostra o relato, o comportamento dos animais é fundamental para estabelecer as marcações. Enquanto estão amamentando os filhotes nunca se apartam de suas mães. Assim, é a marca das mães que tomam como referência

para realizar a marcação da *diferença* nos filhotes. É por essa razão que periodicamente têm que realizar o chamado *campo*, que é como denominam essa atividade de monitoramento dos animais. Caso o vaqueiro não consiga identificar algum animal porque se apartou de sua mãe, ele é destinado à alimentação dos vaqueiros, pois essa cria não poderá ser enquadrada nesse regime de propriedade.

### **A extensão do uso das áreas de pasto no Parque Nacional dos Lençóis**

O funcionamento desse regime de propriedade dos animais com a marcação periódica da chamada *diferença* pelos vaqueiros, pode ser melhor entendido naquelas situações nas quais os proprietários possuem um rebanho que pasta regularmente nas *vargens* espalhadas pelo Parque e que permanecem durante todo ano. Nesse sentido, alguns povoados foram referenciados, entre eles Mocambo e Baixa Grande (em Barrerinhas) e Buriti Grosso e Sucuruju (em Santo Amaro)<sup>3</sup>.

A familiaridade com o ambiente permitiu que seu Inácio fizesse referência a muitas *vargens* situadas em uma longa extensão do Parque entre Mocambo e Ponta do Mangue, chegando a nomear muitas delas.

**P** - O senhor estava explicando para mim agora de manhã que tem as áreas onde as criações pastam, que áreas são essas?

**E** - São as vargem

**P** - E o que é uma *vargem*?

**E** - A vargem é capinada [com presença de capim], toda empastada [com pasto]. As vargem ficam empastada quando as lagoas furam, e aí aquelas baixa seca e aí sai o pasto. Corre um corregozinho pelo meio e fica vargem dum lado e outro aonde as criação pastam.

**P** - E daqui de Mocambo até a Ponta do Mangue têm inúmeras vargens

**E** - Têm inúmeras vargens

**P** - E que vargens são essas? O senhor lembra algumas delas? Diga o nome de algumas.

**E** - Lá tem, no sair da Ponta do Mangue, vargem do Arrodiador, tem *Itaquiri*, tem Ilha Grande, tem Vargem do Gengibre, tem Lagoa das Traira, ou é vargem das traíra, e tem Varinha, e tem as Vara, tem Vargem do Mirim, e tem Vargem do Carcará, Vargem do Morrão, Vargem da Berradeira, Vargem da Colher, Vargem do Saco, Vargem do Caruto, Vargem do Carcará, Carcará de novo, outro Carcará, aí sai Cabeluda... Vargem da Berradeira. São as vargem conhecida onde os vaqueiros se encontra. Quando eles se espalham eles diz logo: aonde nós vamos se encontrar? Na Vargem do Saco, lá nós se encontra pra botar pra Vargem da Colher pra botar la no curral, lá na vargem da Colher tem o curral e tem a casinha de hospedagem dos vaqueiro, que os vaqueiro chegam prende as criação e se hospedam

<sup>3</sup> Queimada dos Britos e outros povoados do município de Santo Amaro também realizam a criação de animais nas *vargens* do Parque. Foram referenciados aqui somente esses quatro (Mocambo, Baixa Grande, Buriti Grosso e Sucuruju) por conta das áreas de pasto que estão situadas numa mesma porção do Parque e também pela justificativa apresentada pelos informantes de articulação entre os vaqueiros.

na casa pra dormir, pra suportar o sol, porque o sol também é muito quente, aí prende as criação e entra pra dentro da casa e sabe que na morraria o vento é muito, lá você chega bêbado do sol, deita ali, dorme um soninho ali, a tarde tira de novo para outro lado, ajuntando criação.

Importante frisar que existem muito mais *vargens* que as 17 listadas por seu Inácio em seu relato. Os nomes de todas essas áreas de pasto são conhecidas pelos vaqueiros e servem como referência de localização. É por essa razão que seu Inácio menciona que algumas delas são usadas como pontos de encontro dos vaqueiros depois que saem para arrebanhar os animais dispersos pelas *vargens*.

As características das *vargens* como *capinada* ou empastada, em alusão à presença de capim ou pasto, servem para chamar a atenção para as categorias manejadas para designar as áreas utilizadas pelos animais. Por vezes aparece também a referência a *campo* ou *campos*, como outras categorias do repertório utilizado para classificar os ambientes por onde os animais circulam. A própria expressão *campear*, para se referir à atividade realizada pelos vaqueiros, serve para explicar o movimento desses profissionais na realização de suas funções.

O surgimento e conservação dessas *vargens* tem relação com a sazonalidade do Parque. Durante o inverno muitas lagoas concentram água e, em determinados momentos *furam* ou *sangram*, que é como denominam a ruptura das lagoas e a vazão de água. Esse fenômeno permite que a água se espelhe para áreas mais baixas com ocorrência de vegetação. É justamente essa água que permite a conservação da vegetação nessas *vargens*, consumidas pelos caprinos e ovinos durante longo período, como explica seu Inácio.

**P** - O senhor falou que essas idas dos animais pra pastar nas *vargens* é feita durante o ano todinho. Como é esse sistema? Quando que eles saem para pastar?

**E** - Que eles saem pra pastar?

**P** - Eles começam à ir comer os pastos a partir de quando? de janeiro?

**E** - É todo tempo

**P** - Então me explique como é que funciona

**E** - É todo tempo eles tão comendo aí fora né, quer dizer que aí existe os campo né. Todo mês os vaqueiros campeiam e botam no curral pra diferenciar as cria que tem, aí soltam eles novamente, eles tornam voltar, quando dá no outro mês, torna campear novamente, as vezes se o Buriti Grosso campeia também num mês, esses do Mocambo campeia junto com eles, as vezes os do Mocambo não campeiam nesse mês, vão campear no outro mês. Aí eles passam o ano todinho, de janeiro a dezembro, então a partir de dezembro junta todos esses vaqueiros



Durante todo o ano, de janeiro a dezembro os vaqueiros ficam encarregados do cuidado com os animais, saindo para *campear* mês a mês, como explica seu Inácio. Utilizam algumas estruturas de apoio aos vaqueiros que foram montadas justamente para realizar essa tarefa de marcar a chamada *diferença*. Somente moradores de Mocambo e Baixa Grande possuem estruturas de curral e abrigo para os vaqueiros. Apesar de terem sido montadas por pessoas dessas duas localidades, qualquer vaqueiro pode utilizá-las na realização de suas tarefas.

Essas visitas às áreas de pasto culminam como o chamado *campo geral*, quando os vaqueiros de diferentes localidades realizam a reunião de todo o rebanho de cada povoado, como explica seu Inácio.

**P** - Então me explique como é que funciona

**E** - É todo tempo eles [animais] tão comendo aí fora né, quer dizer que aí existe os campo né. Todo mês os vaqueiros campeiam e botam no curral pra diferenciar as cria que tem, aí soltam eles novamente. Quando dá no outro mês, torna campear novamente, as vezes se o Buriti Grosso campeia também num mês, esses do Mocambo campeia junto com eles, as vezes os do Mocambo não campeiam nesse mês, vão campear no outro mês. Aí eles passam o ano todinho, de janeiro a dezembro, então a partir de dezembro junta todos esses vaqueiros

**P** - Pra fazer o campo geral?

**E** - Pra fazer o campo geral. Junta 40, 45 vaqueiro pra fazer esse campo geral, campo geral que se diz é de Mocambo a Ponta do Mangue, Canto da Luzia, Baixa Grande, Queimada dos Brito, Rancharia, Sucuruju e Buriti Grosso. Então esse é o campo geral que dá pra se encontrar todas as criação que tão dentro da morraria. Aí depois dessa junta de criação, que justamente é dezembro, 25, é véspera de natal, e na véspera de ano aí as criação tão liberada de novo, né

**P** - Mas elas vão sozinhas?

**E** - Sozinhas, ninguém leva não senhor

**P** - E eles só reúnem no inicio da morraria?

**E** - É, nós só reúne na morraria e prende no curral e depois de prender no curral elas torno sair, elas sabe aonde é que elas vão ficar, aonde é que elas vão pastar, por conta delas.

**P** - Aí a cada mês os vaqueiros vão dar uma campeada...

**E** - Nós vamos dar uma campeada...

**P** - Aí só em dezembro que vai fazer o campo geral?

**E** - Só em dezembro que é o campo geral de juntar toda criação.

Essa sequencia descrita por seu Inácio, que se se incia com o monitoramento mensal para a marcação da *diferença*, e culmina com o chamado *campo geral*, define bem o sistema de criação de animais, sobretudo de caprinos e ovinos pelas famílias que residem em diferentes localidades do Parque, seja na parte do município de Barrerinhas, seja na de Santo Amaro. Os *campos gerais* obedecem a

uma convocatória realizada tradicionalmente por alguns proprietários como seu Raimundo, de Mocambo e seu Domingos Conrado, de Baixa Grande.

A realização do *campo geral* é antecedida de um planejamento de modo a organizar a busca dos animais e conduzi-los para os currais de Mocambo ou de Baixa Grande, que são utilizados como ponto de apoio para realização dessa tarefa. Uma vez reunidos nesses currais, os animais são conduzidos pelos vaqueiros aos proprietários de cada povoado. É nesse momento que vaqueiro e proprietário realizam a partilha dos animais, estabelecendo a marcação do *signal* nos animais, que sela a propriedade definitiva.

A criação de animais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses acaba revelando uma enorme complexidade por abrigar em um ambiente sujeito a grandes mudanças, sistemas de conhecimento que são mobilizados na realização dessa importante atividade por parte de centenas de famílias que historicamente vivem e trabalham nessa região, antes mesmo da criação dessa unidade de conservação.

O que a história dessa atividade revela é que perfeitamente possível a continuidade da sua realização sem que isso represente um risco para a modificação da paisagem do Parque, já que a quantidade de famílias que realizam a criação de animais nas *vargens* distribuídas nessa longa extensão, não apresenta um número significativo a ponto de colocar a em risco a existência dos ecossistemas presentes no Parque. Tanto é assim, que a contar pela antiguidade dessa prática, os recursos disponíveis no Parque encontram-se preservados. Em outras palavras, a prática das famílias não representam uma ameaça, porque essa ampla área do Parque está sujeita muito mais à agência da natureza que uma ação antrópica, exigindo daqueles que se dedicam à pecuária uma grande capacidade de adaptação a tais mudanças, de modo a continuarem a praticar tal atividade em um ambiente sujeito a mudanças continuamente.

### **Os conflitos socioambientais e a configuração de arenas de ação**

A prática de criação de animais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, insere-se em modalidades de apropriação de recursos que Mckean e Ostrom (2011) denominaram de regime de propriedade comum, ou seja, a formas de compartilhamento ancorados em regras historicamente construídas. Esse uso comum dos recursos tem permitido que famílias utilizem determinados ambientes

mesmo situados distantes do seu espaço de residência. Isso por conta das “regras de costume que possam ter surgido ou sido formuladas em condições em que não são reconhecidas por lei” (Tucker e Ostrom, 2009, p.111).

Apesar dessa plasticidade das formas de uso dos recursos por parte das famílias, introdução de novas regras de monitoramento ambiental por parte do ICMBio permitiu que situações de tensão fossem identificadas, pois as regras de uso comum dos recursos foram frontalmente ameaçadas pela nova forma instituída pelo Estado. As proibições por parte do ICMBio relativas à criação de animais acabou abrindo espaços para a emergência de tensões entre as famílias e o órgão ambiental. Tais tensões podem ser enquadradas no que Zhou e Laschefski (2010) caracterizam como conflitos ambientais. Esses embates com os agentes do ICMBio assumem as características de um conflito socioambiental porque mobilizam os “grupos sociais em função de seus distintos modos de interrelacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, p. 91).

Para o caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses eles definem uma arena de ação (OSTROM, 2011), remetendo as questões que marcam os enfrentamentos para outras esferas institucionais, envolvendo ademais das famílias e agentes do órgão ambiental, distintos atores, como órgãos de representação, poder público ou o próprio Ministério Público Federal.

Conforme sublinha Ostrom (2011, p. 13) “participants and an action situation – interact as they are affected by exogenous variables (at least at the time of analysis at this level) and produce outcomes that in turn affect the participants and the action situation”. Assim, no caso do Parque Nacional essa perspectiva de análise possibilita entender os diferentes elementos mobilizados nos conflitos socioambientais como situações de ação.

A reprodução das distintas atividades econômicas das famílias acabam sendo afetadas pela imposição das regras de monitoramento do Estado. O comportamento dos agentes do órgão de monitoramento ambiental do Parque, por considerar as formas de apropriação dos recursos pelas famílias como predatórias, tem ensejado o acirramento de posições, o que sugere que os enfrentamentos verificados entre as famílias e órgão ambiental do Estado deixem de ser restritos às esferas localizadas, passando a assumir outras configurações, pois subjacente às tensões, observa-se o complexo debate sobre o direito de continuar reproduzindo suas práticas historicamente consolidadas.

## Bibliografia

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1994.

BALÉE William. “Sobre a Indigeneidade das Paisagens”. In: **Revista de Arqueologia**, 21, n.2, 2009. P. 09 – 23.

CREADO, Eliana Santos Junqueira, SÁ, Guilherme José da Silva e, PAVESI, Patrícia Pereira. “Humanos e Não-Humanos: estamos ouvindo coisas?” In. Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, V.3, N.1, janeiro-junho de 2015, Vitória: Cadecs/PPGCS-UFES, 2015, pp 1-10.

DESCOLA, Philippe. “Ecologia e cosmologia”. In: Edna Castro e Florence Pinton (Orgs). **Faces do trópico úmido**. Belém: Cejup, 1997.

DESCOLA, Philippe. “As duas naturezas de Lévi-Strauss”. In Sociologia & Antropologia | v.01.02: 35 – 51, 2011. Rio de Janeiro: PPGSA

INGOLD, Tim. **The perception of the environment – essays on livelihood, dwelling and skill**. London/New York: Routledge, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Natureza e Cultura”, In: **As estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis. Vozes: 1982. pp 41-49

LITTLE, Paul Elliot. “Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico”. IN: **Horizontes Antropológicos**, 12, n.21, 2006. P. 85-103.

LITTLE, Paul Elliot. “Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. In: **Horizontes Antropológicos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 02 – 32.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p 425-505.

MCKEAN, Margaret A., OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

MORAN, Emilio F. e BRONDIZIO, Eduardo S. “Introduction to Human-environment interactions researches”. In: **Human-Environment Interactios- current an future directions**. London New York: Springer, 2013, p. 1-24

OSTROM, Elinor. “Background on the Institutional Analysis and Development Framework”. In: The Policy Studies Journal, Vol. 39, No. 1, 2011.